



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

## PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

**PARECER JURÍDICO Nº: 59**

**INTERESSADO:** CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

**REFERENTE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2025**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a alteração do art. 327 da Lei nº 1.595, de 10 de fevereiro de 1977- Código de Posturas.

**DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2025- DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 327, DA LEI Nº 1.595, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1977- CÓDIGO DE POSTURAS. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL-SIMETRIA COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) E ESTADUAL (CÓDIGO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO)- INICIATIVA CONCORRENTE EM FACE DO TEMA 917 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROPOSITURA APRESENTADA POR VEREADOR-LICENÇA DO AUTOR DO PROJETO DE LEI-CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

### I- DO RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise do Projeto de Lei Complementar nº 04/2025, de autoria do Vereador Chandelly Protetor, que ***“Dispõe sobre a alteração do art. 327, da Lei nº 1.595, de 10 de fevereiro de 1977- Código de Posturas”***.

Conforme justificativa apresentada pelo Vereador, o objetivo central da proposta legislativa é preservar o bem-estar dos animais envolvidos nessas atividades e promover um equilíbrio saudável entre as atividades humanas e o respeito aos direitos dos animais.

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do Projeto de Lei Complementar nº 4/2025, com a respectiva justificativa.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

### II- DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, com relação à competência municipal para legislar sobre a matéria abordada, é de se notar que o projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, incisos



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

I e II, da Constituição Federal e no artigo 8º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga, vejamos:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;***

***II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”;*** (grifo nosso)

***“Art. 8º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local”;***

***II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”;*** (grifo nosso).

Quanto à espécie normativa (Lei Complementar), está de acordo com o artigo 39, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica do Município:

***“Art. 39. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem a maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.***



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**Parágrafo único. Serão matérias de leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:**

**I - códigos municipais;**

*II - Plano Diretor e demais planos municipais de políticas públicas;*

*III - regime jurídico dos servidores públicos;*

*IV - guarda municipal;*

*V - criação de cargos, funções ou empregos públicos da administração direta, indireta e fundacional;*

*VI - estatuto dos servidores;*

*VII - criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração direta, indireta e fundacional;*

*VIII - Lei Orgânica da Procuradoria Geral; e*

*IX – plebiscito”. (grifo nosso).*

Nesse sentido, também dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga:

*“Art. 138. Serão **matérias de Leis Complementares**, dentre outras previstas na Lei Orgânica:*

**I - códigos municipais;**

*II - Plano Diretor e demais planos municipais de políticas públicas;*

*III - regime jurídico dos servidores públicos;*

*IV - guarda municipal;*

*V - criação de cargos, funções ou empregos públicos da Administração Direta, Indireta e Fundacional;*

*VI - estatuto dos servidores;*

*VII - criação, estrutura e atribuições de órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional;*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

VIII - Lei Orgânica da Procuradoria Geral; e

IX - plebiscito.”(grifo nosso).

Por outro lado, a aprovação dependerá do voto favorável da MAIORIA ABSOLUTA dos membros da Câmara, nos termos do artigo 185, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga:

*“Art. 185. Dependerão do voto favorável da **maioria absoluta** dos membros da Câmara a aprovação e as **alterações** das seguintes matérias:*

*(...)*

***III – Código de Posturas e demais códigos municipais;***

*(...)”(grifo nosso).*

De outro modo, não há previsão constitucional de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para a hipótese em apreço, tendo em vista que conforme artigo 38, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Votuporanga, são competências privativas do Chefe do poder Executivo:

*“Art. 38. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município, ressalvadas as hipóteses de iniciativa privada.*

***Parágrafo único. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:***

*I - plano plurianual;*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*II - diretrizes orçamentárias;*

*III - lei orçamentária;*

*IV - regime jurídico dos servidores municipais;*

*V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na administração direta, indireta e fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto no inciso XIII do art. 20; e*

*VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público". (grifo nosso).*

Nesse sentido, também dispõe o Regimento interno da Câmara de Votuporanga:

**"Art. 144. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:**

*I - plano plurianual;*

*II - diretrizes orçamentárias;*

*III - lei orçamentária;*

*IV - regime jurídico dos servidores públicos;*

*V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na Administração Direta, Indireta e Fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto na Lei Orgânica do Município.*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos na Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundacional”. (grifo nosso).

O projeto não invade a competência privativa do Executivo, pois não trata de sua estrutura ou atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de servidores públicos, conforme Tema 917 do Supremo Tribunal Federal:

**“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal).”** Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte”. (grifo nosso).

Destarte, esclareça-se, desde já, que se sobressai da justificativa do autor da proposição a proteção do bem estar animal e, como tal, guarda conformidade com os preceitos constitucionais vigentes, a exemplo da *competência comum* dos Entes federados de preservar a fauna (ver inc. VII do art. 23 da CF/88) e de defender e preservar um meio ambiente equilibrado e de coibir práticas que submetam os animais a crueldade (ver parte final do inc. VII do § 1º do art. 225 da CF/88).





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Aliás, é importante ressaltar que no âmbito do Estado de São Paulo, a Lei estadual nº 11.977/2005, que “*institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências*” estabelece as seguintes regras sobre as atividades de tração e carga, estabelecendo que:

***“Art. 13. Só é permitida a tração animal de veículo ou instrumentos agrícolas e industriais, por bovinos e equídeos, que compreende os equinos, muares e asininos.***

***Art. 14 - A carga, por veículo, para um determinado número de animais, deverá ser fixada pelas municipalidades, obedecendo sempre ao estado das vias públicas e declives, peso e espécie de veículos, fazendo constar das respectivas licenças a tara e a carga útil.***

***Art. 15 - É vedado nas atividades de tração animal e carga:***

***I - utilizar, para atividade de tração, animal cego, ferido, enfermo, extenuado ou desferrado, bem como castigá-lo sob qualquer forma ou a qualquer pretexto;***

***II - fazer o animal trabalhar por mais de 6 (seis) horas ou fazê-lo trabalhar sem respeitar intervalos para descanso, alimentação e água;***

***III - fazer o animal descansar atrelado ao veículo, em aclave ou declive, ou sob o sol ou chuva; (...)***

***IV - fazer o animal trabalhar fraco, ferido ou estando com mais da metade do período de gestação;***

***V - atrelar, no mesmo veículo, animais de diferentes espécies;***

***VI - atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis ou com excesso daqueles dispensáveis, considerando-se apetrechos indispensáveis: o arreio completo do tipo peitoral,***





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*composto por dois tirantes de couro presos ao balancim ou do tipo qualheira, composto por dois pares de correntes presas ao balancim, mais selote com retranca fixa no animal, correias, tapa-olho, bridão ou freio, par de rédeas e cabresto para condução após desatrelamento do animal.*

*VII - prender animais atrás dos veículos ou atados a caudas de outros". (grifo nosso).*

Destarte, é certo, pois, que o estabelecimento de regras protetivas e de fiscalização em relação aos animais, inclusive os utilizados em tração de veículos ou cargas, está inserida na competência legislativa municipal (ver inc. I do art. 30 da CF/88), por ser de interesse local, desde que, é claro, não reste contrariada a legislação federal (ver, por exemplo, incs. XVII e XVIII do art. 24 da Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro) ou estadual de regência (ver Lei estadual nº 11.977/2005).

Nesse sentido, veja o que já decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo:

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Pretensão que envolve a Lei nº 4.083, de 27 de maio de 2019, que "dispõe sobre a proibição da prática de maus-tratos em animais domésticos ou domesticados, silvestres, nativos ou exóticos, e dá outras providências", da Estância Hidromineral de Poá – Regras sobre meio ambiente e de proteção e fiscalização em relação a animais da região que se encontram no âmbito do interesse local para legislar, dentro das atribuições constitucionais do município – Competência para a elaboração de leis acerca de*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*assunto local que pode ser exercida, de forma geral e abstrata, tanto pelo Poder Legislativo quanto pelo Poder Executivo – Competência para legislar sobre meio ambiente que é concorrente de todos os entes federativos e que também pode ser exercida, igualmente de forma geral e abstrata, tanto pelo Poder Legislativo quanto pelo Poder Executivo – Inconstitucionalidade não configurada – Regulamentação de tema dentro dos limites da atuação do poder – Ação improcedente” f Direta de Inconstitucionalidade 2196948-17.2019.8.26.0000; Relator (a): Alvaro Passos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 19/02/2020; Data de Registro: 20/02/2020)(grifamos).*

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Valinhos. Lei nº 5.737, de 22.10.18, obrigando os estabelecimentos profissionais – petshop, clínicas e hospitais veterinários e médicos veterinários – a informarem à Coordenadoria do Bem Estar Animal a constatação de indícios de maus tratos nos animais por eles atendidos. Vício de iniciativa. Inocorrência. Matéria relativa à proteção da fauna. Norma se destina à proteção de animais mediante a informação de maus tratos. Iniciativa legislativa comum. Organização administrativa. Presença do vício apontado, no que se refere a atribuição à Coordenadoria do Bem Estar Animal do recebimento de tais denúncias Ingerência na organização administrativa. Ausentes o vício quanto a forma e os requisitos constantes da denúncia dirigidos aos particulares. Inocorrência de criação de atribuições a outros*





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**órgãos municipais. Reconhecimento de inconstitucionalidade apenas da expressão 'a Coordenadoria de Bem Estar Animal' constante do caput do art. 1º, por afronta aos arts. 5º, 47, inciso XIV e 144 da CE. Fonte de custeio. Ausência de indicação ou indicação genérica não torna a norma inconstitucional, podendo resultar apenas em sua inexecutabilidade para o mesmo exercício. Precedentes. Ação procedente, em parte.” f Direta de Inconstitucionalidade 2247830- 80.2019.8.26.0000; Relator (a): Evaristo dos Santos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 22/07/2020; Data de Registro: 23/07/2020) (grifamos).**

Uma segunda e não menos importante finalidade, é o estabelecimento de uma norma de conduta dos particulares e/ou administrados, estando também inserida na exclusiva autonomia e competência legislativa municipal, por ser de interesse local (ver art. 18 c/c inc. I do art. 30 da Constituição da República).

Como norma de conduta que é e deve ser, esclareça-se tanto a conduta a ser reprimida como a aplicabilidade da correspondente e proporcional sanção pecuniária é inerente, sem sobra de dúvidas, ao exercício do poder de polícia administrativa do Município.

Não é por demais lembrar que o poder de polícia administrativa está legalmente definido no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), assim redigido:

**“Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito,**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”(grifo nosso).*

Maria Sylvia Zanella di Pietro, ao lecionar sobre dois aspectos opostos do poder de polícia, ensina que:

*“O tema relativo ao poder de polícia é um daqueles em que se colocam em confronto esses dois aspectos: de um lado, o cidadão quer exercer plenamente os seus direitos; de outro, a Administração tem por incumbência condicionar o exercício daqueles direitos ao bem-estar coletivo, e ela o faz usando de seu poder de polícia.*

*[...]*

*O poder de polícia reparte-se entre Legislativo e Executivo . Tomando- se como pressuposto o princípio da legalidade, que impede à Administração impor obrigações ou proibições senão em virtude de lei, é evidente que, quando se diz que o poder de polícia é a faculdade de limitar o exercício de direitos individuais, está-se pressupondo que essa limitação seja prevista em lei.*

*O Poder Legislativo, no exercício do poder de polícia que incumbe ao Estado, cria, por lei, as chamadas limitações administrativas ao exercício das liberdades públicas .*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

***A Administração Pública, no exercício da parcela que lhe é outorgada do mesmo poder, regulamenta as leis e controla a sua aplicação, preventivamente (por meio de ordens, notificações, licenças ou autorizações) ou repressivamente (mediante imposição de medidas coercitivas).” (grifo nosso).***

Note-se que o artigo 78 do Código Tributário Nacional “define o poder de polícia como atividade da administração pública; mas no parágrafo único considera regular o seu exercício “quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder”. (cf. in Direito administrativo - 27. ed. - São Paulo: Atlas, 2014 .pp. 121/124).

Em suma, não vislumbramos vício de constitucionalidade material na proposição ora em análise.

Por sua vez, no que se refere à deflagração do processo legislativo, como norma de conduta que é, estamos diante de uma “postura” municipal que, como é sabido, é de iniciativa concorrente; a uma, porque que a matéria não está inserida no rol de iniciativas privativas dos chefes do Poder Executivo federal, estadual e municipal e, a duas, porque, segundo recente orientação do Supremo Tribunal, no julgamento da Repercussão Geral (Tema nº 917) atrelada ao RE nº 878.911, “ não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos”.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Em síntese, como a proposição ora em comento apenas estabelece um limite temporal (entre 10 e 16 horas que, presumimos, é o período mais quente do dia na região onde está localizada a municipalidade) para circulação de veículos de tração animal, mas não o *proíbe*, como não poderia *proibir*, vez que as regras pertinentes à condução de veículos de tração animal pelas vias públicas – como já deixamos entrever acima – estão contempladas pelo Código de Trânsito Brasileiro e Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo, forçoso é **concluir que não se vislumbra vícios de constitucionalidade material ou formal na proposição ora em comento, que possam impedir sua regular tramitação pelas comissões legislativas temáticas e pelo Plenário Cameral.**

Por fim em sentido análogo e nos mais diversos aspectos, veja o que já decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo:

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 5.402, de 12 de novembro de 2018, de iniciativa parlamentar, **proibindo** a utilização de veículo de tração animal para transporte de qualquer carga no âmbito do município. Competência privativa da União. Norma cuida de assunto de interesse local não interferindo em matéria de competência privativa da União. Vício de iniciativa. Inocorrência. **Iniciativa legislativa comum.** Recente orientação do Eg. Supremo Tribunal Federal. Organização administrativa. Cabe ao Executivo a gestão administrativa. Desrespeito ao princípio constitucional da 'reserva de administração' e separação dos poderes. Afronta a preceitos constitucionais (arts. 5º; 47, inciso XIV e 144 da Constituição Estadual). Inconstitucionalidade, nesse ponto,*





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*reconhecida. Fonte de custeio. Ausência de indicação ou indicação genérica não torna a norma inconstitucional, podendo resultar apenas em sua inexecutabilidade para o mesmo exercício. Precedentes do C. Órgão Especial, bem como do Pretório Excelso. Ação procedente” (cf. in ADIn. nº 2097469-51.2019.8.26.0000, Órgão Especial, Rel. Evaristo dos Santos, j. em 7/8/2019, registro em 8/8/2019); (grifamos).*

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Complementar 405, de 22 de fevereiro de 2017, que altera a Lei Complementar nº 7, de 17 de maio de 1991, para proibir o tráfego de veículos de tração animal na zona urbana e nas áreas de expansão urbana. Inconstitucionalidade, por se imiscuir em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo. Descabimento. Vício de iniciativa. Desrespeito aos artigos 5º, caput, 24, §2º, 1 e 4, 47, incisos II, XI e XIX, alínea 'a' e 144 da Constituição do Estado. ç ” f in ADIn. nº 2207613-63.2017.8.26.0000, Órgão Especial, Rel. Borelli Thomaz, j. em 25/4/2018, registro em 26/4/2018) (grifamos).*

*“ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 9.884, de 05 de setembro de 2016, do Município de Santo André, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre a proibição de circulação, nas vias públicas asfaltadas, de veículos de tração animal com carga e de montaria. Vício de iniciativa. Matéria de competência única do Poder Executivo Municipal. Cometimento, ademais, de indevidos comandos de execução. Sobrevivência de*





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*parte da lei por não colidir com as cláusulas constitucionais estaduais. Impossibilidade. Perda da essência. Ausência de destinação de verba orçamentária. Eiva de conteúdo, haja vista a criação de despesas. Reconhecimento mesmo sem pedido expresso, em face da natureza da ação em pauta. Afronta aos artigos 5º, 25, 47, II e XIV, e 144 da Constituição do Estado. Jurisprudência deste Colegiado. AÇÃO PROCEDENTE" (cf. in ADIn. nº 2009245-11.2017.8.26.0000, Órgão Especial, Rel. Beretta da Silveira, j. em 7/6/2017, registro em 12/6/2017)*

**Com relação à licença do vereador, autor do Projeto de Lei Complementar nº 4/2025, Hely Lopes Meirelles ensina:**

*"A licença para vereador se afastar do exercício do mandato substancialmente um ato político, razão pela qual depende de deliberação do Plenário, que decide discricionariamente sobre sua conveniência oportunidade. Daí por que não cabe ao presidente negar, conceder ou suspender licença para os membros da Câmara sem prévia manifestação do Plenário, enunciada na forma regimental.*

*O Plenário é soberano para negar ou conceder as licenças solicitadas, assim como para cassar as que forem concedidas, desde que julgue conveniente o retorno do vereador ao exercício do mandato. Por igual, pode o licenciado reassumir suas funções na Câmara, no decorrer da licença, sem maiores formalidades, bastando que compareça à sessão e declare à Mesa, para constar da ata, sua reassunção; desde esse momento cessa o exercício do suplente que o substituía na vereança.*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*O licenciado deveria perder integralmente os subsídios, porque a remuneração dos membros dos corpos legislativos é, por natureza, pro labore faciendo, vale dizer, pelo exercício da função. Desde que afastado do exercício do mandato, cessa a causa legal da remuneração; diversamente do que ocorre com os servidores públicos, que podem obter determinadas licenças com vencimentos parciais ou integrais, uma vez que tais vencimentos têm caráter alimentar e resultam da relação de emprego mantida com o Poder Público. Sabido que o vereador não é servidor público, mas, sim, agente político, vinculado ao governo municipal por relações de cidadania (eleição), só faz jus ao subsídio quando no exercício do mandato. Entretanto, a matéria deverá ser disciplinada pelas leis orgânicas municipais, que poderão seguir por simetria, o disposto no art. 56, II, da CF, aplicável aos membros do Congresso Nacional" f in Direito Municipal Brasileiro, 31ª ed., Malheiros, São Paulo, 2024, p. 549)".(grifo nosso).*

Tito Costa ainda afirma: "O Vereador considera-se licenciado do exercício de seu mandato quando, tendo solicitado formalmente a licença, tenha sido ela concedida, regularmente, por deliberação do plenário. A este cabe decidir sobre a conveniência e a oportunidade da concessão, já que se trata de um ato político, de competência da Câmara, autêntica decisão interna corporis, de cujo mérito não pode ocupar-se o Poder Judiciário, quando chamado a sobre ele se pronunciar"(cf. in Responsabilidade dos prefeitos e vereadores, 6ª edição, Letras Jurídicas, São Paulo, 2015, p.353) O referido autor ainda adverte que: "Quando a lei assim não dispuser, há necessidade de licença prévia da Câmara para que Vereador possa assumir o cargo de Secretário [...]" (cf. in ob. cit., p. 368)".(grifo nosso).

Vale salientar que, de acordo com Uadi Lammêgo Bulos, a incompatibilidade "impossibilita o eleito de exercer o mandato" (cf. in Curso de



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*Direito Constitucional*, São Paulo, 2014, p. 876), ou seja, tais situações " são impedimentos ou restrições relacionados ao exercício da atividade política" (cf. in ob. Cit; p. 1.121).

Portanto, o Vereador não pode exercer quaisquer prerrogativas do mandato enquanto estiver em fruição de licença.

**Por outro lado, as hipóteses de "prejudicialidade" do processo legislativo devem estar contempladas no Regimento Interno do Poder Legislativo.**

José Afonso da Silva comenta sobre a "prejudicialidade":

"Há hipóteses em que o projeto não pode ser recebido ou não pode tramitar. Os regimentos internos da Câmara e do Senado definem as hipóteses em que ocorre a prejudicialidade de qualquer proposição, incluindo projetos (de lei, de decreto legislativo e de resolução), emendas e até requerimentos" ( cf. in *Processo Constitucional de Formação das Leis*, 2ª ed., Malheiros, São Paulo, 2005, p. 265) (grifo nosso).

**Dessa forma, somente o Regimento Interno da Câmara Municipal pode criar óbices à tramitação das proposições. O projeto de lei de iniciativa de Vereador que requereu, e obteve, licença da Câmara Municipal para exercer um cargo de Secretário Municipal somente pode ter a sua tramitação interrompida se houver previsão regimental nesse sentido.**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

A Procuradoria Legislativa entende que o **Projeto de Lei Complementar nº 4/2025** pode ser discutido e deliberado normalmente, tendo em vista que é constitucional, sem vício de forma ou origem, atendendo ao que dispõe a legislação pertinente.

### **III- DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto acima, entende-se que o presente Projeto de Lei Complementar nº 4/2025, atende aos pressupostos constitucionais e legais.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 1º de abril de 2025.

**ROSELAINE CORREIA**  
**Procuradora Legislativa**  
**OAB/SP 368.365**

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINE CORREIA.  
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<<>>>> DATA / HORA: 01/04/2025 14:24:13 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROTM-104310-1Q1E7E-400E1P | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.

